



Ser ou não ser, Pedro Ferreira?

Comecemos pela declaração de princípios.

Conheço o Pedro Ferreira, actual presidente da Câmara, há mesmo muito, muito tempo. Habitámos a mesma rua, encontrámo-nos à mesa do café, convivemos como dois cidadãos duma localidade interessados no seu desenvolvimento sócio-cultural. Tive-o, depois, como representante da Câmara Municipal nas apresentações de livros meus sobre História Concelhia. Nunca nos digladiámos politicamente, cumprimentamo-nos de forma cordial, sobrevive em mim desse passado comum um certo afecto, que os caminhos divergentes tomados não dissolveram.

Passemos ao discurso.

O Pedro Ferreira foi entrevistado pelo Almonda como presidente da Câmara, apresentando o seu projecto de orientação política para o mandato. Se é verdadeiro o adágio «o estilo faz o homem», algo tenderá a mudar na actual gestão autárquica. A linguagem política deixou de ser autista, arrogante, arruaceira. Surge, ao longo da narrativa, uma concepção de mundo dubitativa, não assente na autoridade que o poder duma maioria absoluta permite, com prejuízo do respeito democrático do outro, mas onde o talvez, a necessidade de reflexão, «continuo a afirmar que gostaria», «também temos vontade de fazer», «queremos também desenvolver», «a medida principal terá que ser para lá da gestão corrente da Câmara identificar o que é mesmo prioridade», exprimem a necessidade de ter «os pés bem assentes no chão».

Não vou entrar no pormenor dos projectos camarários apresentados por Pedro Ferreira. Há

três forças partidárias no executivo, seria bom que estas entrevistas se continuassem com aquelas, ouvindo o que têm a dizer sobre este projecto.

Mas há algo na entrevista que me incomoda. O estilo mudou, mas não os objectivos. Quando Pedro Ferreira exclama que «não foi por acaso que como Presidente da Câmara assumi o pelouro das Finanças», para manter a estabilidade financeira da autarquia, omite que o fez exactamente como vice-presidente nos últimos vinte anos, sendo co-responsável do estado altamente deficitário do município, igualmente da crítica incluída no relatório da Inspeção Geral das Finanças, que foi divulgado pela CDU nas eleições autárquicas.

Escrevi num passado recente que Pedro Ferreira, se ganhasse as eleições, iria actuar como auto-defesa das Câmaras socialistas dirigidas por António Rodrigues, numa tentativa de branqueamento do passado autárquico que, sempre o escrevi em dezenas de artigos, nunca foi transparente.

A posição assumida na sessão de 14 de Janeiro, em que se nega às oposições a passagem duma auditoria externa às finanças municipais, demonstra-me que tinha razão.

Acrescento mais. Na sua primeira entrevista como presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, Pedro Ferreira não tem uma única palavra para as oposições partidárias, nem para os 8,8% de votos brancos e nulos, a juntar aos 47,45% de abstenções que, pense-se o que se pensar, significam algo que se não pode ignorar - o cansaço dos cidadãos ante políticas autárquicas cada vez mais encasuladas nos objectivos nacionais do «arco da governação».

Quando afirma que «gostava de tornar a cidade de Torres Novas ainda mais bonita», entrámos na política da pintura delíco doce da realidade, por duas ordens de razão: a cidade é um caos desorganizado, com um centro em ruínas e as novas zonas urbanizadas cheias de problemas, mistérios urbanísticos, abandonos ambientais. Segundo, a cidade em si é um pensamento restritivo, quando há globalmente um concelho em estado de degradação e abandono.

Registo ainda que, na entrevista, nem uma palavra sobre Cultura, optando-se pelo sector da Educação. E aí, de novo, o projecto de mais centros escolares, quando os que hoje funcionam amanhã começarão, com a política do centralismo governamental e a destruição da escola pública levada a cabo pelos governos do PS e do PSD/CDS, aliada a uma diminuição

crescente da natalidade e a uma emigração dos quadros jovens mais bem preparados, a definhar e a levar o mesmo caminho que os postos de saúde encerrados e o esvaziamento politicamente provocado do Hospital Distrital de Torres Novas.

Seria bom que Pedro Ferreira nos inteirasse também das razões que levaram o poder socialista à instalação do sector da Educação nas salas do Arquivo Municipal e Gabinete Editorial, transferindo este para a direcção do Museu Municipal.

Um Museu é um Museu, uma Biblioteca uma Biblioteca, um Arquivo Camarário um Arquivo Camarário, um Arquivo Histórico um Arquivo Histórico, Um Gabinete Editorial é um Gabinete Editorial. Cada organismo destes tem uma vida própria, com estrutura específica e quadro apropriado. Mas esta Câmara continua sem perceber o que é Património Histórico-Sócio-Cultural, erigindo a Educação numa vaca sagrada, mas de tetas cada vez mais secas. Não sei de Pedro Ferreira quer ficar na história como a Merkl local do empobrecimento do Património Cultural. As aquisições bibliotecárias quase secaram nos últimos anos. A acção do Arquivo Histórico só vem funcionando com a boa vontade de depósitos ou doações privadas, sem nenhuma prática - regulamento existe, mas não basta - definida e concreta de objectivos e de finalidades. A história da imprensa concelhia existente na Biblioteca Nacional, solicitada e depois, reenviada à origem, marcou bem a dignidade com que a Câmara anterior se preocupou com o Património Histórico. Será que o que se projecta ainda é pior?

Gostaria que Pedro Ferreira, se quer mostrar um novo rosto, explicasse se o seu discurso é possível de diálogo ou se o monólogo doutros mandatos será o rumo do que se inicia.

Um abraço

3 de Fevereiro de 2014

✉ antoniomario45@gmail.com

António Mário escreve sempre às quintas-feiras em www.oriachense.pt